

AVALIAÇÃO DE LARGA ESCALA PRA QUE? A INFLUÊNCIA DO PISA NAS POLITICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL NA BUSCA PELO SENTIDO DE QUALIDADE

Emerson Bezerra Vidal Gomes ¹

Amanda Costa Vecchioni ²

Phelipe Florez Rodrigues ³

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de análise o Programme for International Student Assessment (PISA). Através dele, discutiremos a influência que esse programa exerce nas avaliações externas em torno das políticas educacionais no Brasil. Através de um estudo teórico e análise documental, buscamos problematizar a relação do PISA com políticas curriculares no contexto brasileiro a partir de um registro discursivo.

Heuristicamente, nos últimos vinte anos as avaliações de larga escala ganharam poder e notoriedade, obtendo interferência e influência direta nas políticas educacionais no Brasil. Para elencar essa discussão, nos amparamos no ciclo de políticas de Ball (1992) projetando essas avaliações externas como contexto de influência que hegemoniza discursividades. Tratamos ainda que as políticas nacionais estão sendo produzidas e dinamizadas buscando responder uma demanda de qualidade forjada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, através do PISA, que vem produzindo efeitos importantes no trabalho docente.

No Brasil, essas avaliações em larga escala ganham maior força de projeção a partir dos anos 1990 quando políticas neoliberais recebem espaço na produção normativa no cenário nacional. A demanda por alinhamento da escolarização a um conjunto de valores e objetivos a partir dessas políticas, fizeram com que sistemas de avaliações externas fossem organizados, tal como o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, (1991) e mais à frente,

¹ Graduando do Curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ. emerson.santos36@gmail.com;

² Graduanda no Curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa do CNPq Políticas de Currículo e Docência. Amandapedagogiauerj@gmail.com

³ Professor orientador: Doutor, pelo ProPed/UERJ professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, phelipe.rodrigues@uerj.br

comparativos também fossem produzidos atrelados às avaliações externas, como por exemplo, o Índice de desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, (2007).

Em nossa compreensão, concebemos as redes de políticas como influenciadores que exigem dos Estados, um alinhamento das políticas educacionais, visando a qualidade da educação a partir dos resultados. Nessa perspectiva, a premissa que é criada e legitimada, perpassa por um sentido de qualidade atrelada as avaliações externas.

Segundo a OCDE, embora o PISA não tenha como objetivo desenvolver testes diretamente atrelados com o currículo escolar, o que argumentamos é que essas avaliações em larga escala, acabam influenciando nas políticas públicas e conseqüentemente nos currículos dos países que participam do programa.

Projetamos a avaliação do PISA, portanto, como um contexto de influência, o que é definido por Mainardes (2006), da seguinte maneira:

(...) “o contexto de influência onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política.” (Mainardes, 2006, p.51)

A criação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) é baseada nessa influência, tendo como característica, a garantia de aprendizagens essenciais para alunos da Educação Básica. Esses alunos deverão adquirir e desenvolver ao longo dos anos de estudo, as competências e habilidades necessárias para alcançar a qualidade da educação, segundo a textualização do discurso da BNCC. Sendo essa qualidade, atrelada ao PISA a partir das avaliações externas.

O PISA (Programme for International Student Assessment) é um programa da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), criado em 1997, tendo definida sua característica como:

“A ideia por trás do PISA reside em testar diretamente os conhecimentos e as habilidades dos alunos, por meio de uma métrica acordada internacionalmente; vinculando isso com dados de alunos, professores, escolas e sistemas para entender as diferenças de desempenho; e, em seguida, aproveitando o poder da colaboração para atuar nos dados, tanto por criar pontos de referência compartilhados e por aproveitar a pressão dos pares.” [Tradução livre] (OECD, 2019, p. 3)

Pontuamos a partir dessas considerações, que através de seu principal instrumento político voltado para a educação - o PISA, a organização vem buscando hegemonizar como dito

acima, um sentido de significação política para “qualidade” da educação. A título desse exemplo, podemos observar na própria Base Nacional Comum Curricular, BRASIL (2017) esse sentido de qualidade atrelado ao PISA, tal como:

“Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o **enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**, que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), **que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina**”. (LLECE, na sigla em espanhol) (p.13, **grifos nossos**)

Dito isso, salientamos a partir da fala de Sahlberg, (2018, p.237). que “as políticas educacionais nacionais estão cada vez mais sendo influenciadas pelas avaliações internacionais de estudantes, principalmente sobre o PISA”

Essa relação foi legitimada, pois, as políticas e reformas educacionais globais tornaram-se uma prática comum em diversos contextos, agências de desenvolvimento e empresas de consultoria.

Por esta razão, entendemos que os diferentes sistemas educacionais, lançam mão de valores que se hegemonizaram em escala global com um restrito sentido de qualidade de educação, atrelando-se aos resultados aferidos nas avaliações da PISA, ou seja, passam, a pautar as posições das políticas públicas.

Neste contexto, observamos a influência de instituições supranacionais que possuem o poder de ditar e interferir nessas produções curriculares em torno de um sentido de qualidade atentamos essa análise a partir do:

“Patrocínio e, em alguns aspectos, à imposição de algumas “soluções” oferecidas e recomendadas por agências multilaterais (World Bank e outras). O World Bank é particularmente importante uma vez que as intenções do banco só podem ser entendidas como uma instância ideológica de promoção de um sistema mundial integrado com as linhas de mercado (Jones, apud Ball, 1998a). Ao lado do World Bank, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a UNESCO e o Fundo Monetário Internacional (FMI) podem ser considerados agências que exercem influência sobre o processo de criação de políticas nacionais.” (Mainardes, 2006, p.52)

Percebemos que essas instituições vem ditando as ações e metas que os Estados precisam para produzirem suas políticas educacionais, logo, essas políticas terão um viés de

alinhamento na realização de avaliações externas, sobretudo, o PISA, buscando alcançar o tal sentido de qualidade através dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Vale ressaltar que Macedo (2018, p.31) aponta que “estamos jogando fora uma experiência de formação de professores e de pesquisa das Universidades brasileiras para “comprar” parcerias internacionais contestadas em seus cenários nacionais e que pouco conhece da nossa tradição”.

Inclusive, é essa tradição que faz com a diversidade cultural existente no país, seja uma das coisas mais interessantes, e que estão sendo totalmente excluídas. Por exemplo, uma cidade pode ter uma tradição e que uma outra do mesmo país não terá, e isso, não é levado em consideração, por estar sendo dinamizada nos ambientes escolares, um viés homogêneo voltado para uma padronização através de um discurso de "melhora de qualidade”.

A partir dessa afirmativa, ponderamos que não podemos simplificar essa melhora de qualidade apenas por melhores resultados, pois múltiplos fatores interferem nesse discurso neste sentido, Ravitch (2011) alega que:

(...) uma escola é bem-sucedida por muitos motivos, inclusive pelas personalidades de seu líder e professores; as interações sociais entre eles; a cultura da escola; os estudantes e suas famílias; a maneira com que a escola implementa as políticas e programas ditados pelo distrito, pelo estado e pelo governo federal; a qualidade do currículo e do ensino da escola; os recursos da escola e da comunidade; e muitos outros fatores. Quando uma escola é bem-sucedida é difícil dizer, é difícil saber qual fator foi o mais importante ou se foi uma combinação de fatores (Ravitch, 2011, p. 160).

Desta forma, justificamos que reduzir o trabalho docente a melhores resultados, contribuem para a desvalorização do magistério através da promoção do controle do trabalho e da formação de professores, alterando, os sentidos da docência por meio destas políticas e reformas de cunho neoliberais que estas redes influenciam (FRANGELLA; DIAS, 2018, p 14).

Dito isso, as políticas educacionais não apenas normatizam o currículo ou nos materiais didáticos, mas, elas objetivam controlar o professor, tendo em vista, a sua prática e formação, buscando um sentido de qualidade em torno das avaliações de larga escala especialmente com o programa do PISA, através dos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi apresentado no texto, argumentamos que há uma disseminação de discursos de instituições supranacionais pautadas pelo poder. Forjando-se, portanto, um regime de verdade em torno das avaliações externas, com o discurso de melhoria da qualidade da educação a partir do PISA. É a partir desse discurso que as produções de políticas educacionais no Brasil são feitas tentando responder a essa medição de qualidade.

Vale frisar, que existem consequências em torno da prática escolar, uma vez que se estabelece uma responsabilização e culpabilização em torno dos docentes por meio da interferência dessas políticas educacionais. Acarretam-se cada vez mais cobranças sobre obtenção de êxitos nos resultados das avaliações externas. A responsabilização docente estará pautada num viés da performatividade, ou seja, no desempenho dos alunos em torno da avaliação do PISA.

Os professores, nesse contexto, estão sujeitos a comparações, julgamentos e alcances de metas. Parte-se de uma performance que incide sobre o novo modo de regulação e violência no campo da educação. Essa interferência tende a afetar diretamente as práticas docentes, e a busca por regulação e controle do trabalho docente é uma das, senão a principal responsável por essa busca incansável por um sentido de qualidade através dos desempenhos dos alunos nas avaliações externas.

Consequentemente se cria uma lógica competitiva entre a melhor qualidade educacional, incentivando-se, a disputa entre as escolas e professores por melhores resultados. E isso, só tem servido para favorecer o aumento das desigualdades educacionais.

Contudo, argumentamos que é preciso valorizar o processo de ensino-aprendizagem que existe dentro das escolas. Entendemos que cada uma possui sua construção de maneira que ressignifica e dar sentido as suas aprendizagens a partir das vivências, experiências e bagagens que os alunos e sua comunidade escolar trazem para sala de aula.

Não vai ser uma avaliação de cunho homogêneo e padronizado que vai ditar se existe ou não um ensino de qualidade. É preciso compreender, que a escola é lugar de construção e produção de políticas e currículos, e uma avaliação de cunho externo possui limitadas possibilidades de identificar se existe qualidade ou não, apenas por obtenção de resultados.

Desta maneira, concluímos que essa tentativa de buscar um sentido de qualidade através do PISA torna-se uma violência com o fazer pedagógico e pouco agrega no que se refere a avaliação de aprendizagem, pontuamos que não deve haver espaço para padronização e homogeneidade nos processos de escolarização e produção curricular. Vivemos numa sociedade diversificada e, é exatamente essa diversidade que compõe a subjetividade de cada

aluno e professor, ressignificando e dando sentidos sobre a valorização do processo de ensino-aprendizagem como caminho de uma qualidade da educação.

Palavras-chave: PISA, Avaliações de larga escala, Qualidade na Educação, Ciclo de Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming Education and Changing Schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/MEC. 2018. BRASIL. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; DIAS, Rosanne Evangelista. **Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores**. Educação Unisinos, v. 22, n. 1, p. 7-15, 2018

IDEB_ **índice de desenvolvimento da educação básica**, 2007. Dados disponíveis em <<http://ideb.inep.gov.br/Site/>>. Acesso em: 30 de maio de 2023

INEP – **Sistema de Avaliação da Educação Básica** – SAEB, 1991 Dados disponíveis em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb> . Acesso em: 30 de maio de 2023

MACEDO, E. “**A BASE É A BASE**”. **E O CURRÍCULO O QUE É?**. In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (Org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. 1ed. Recife: ANPAE, 2018, v. 1, p. 28-33.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006

OECD. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**, 1997 Dados disponíveis em: <<https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasil-portugues/>>. Acesso em: 30 de maio 2023

OECD. **PISA 2016 collaborative problem-solving framework**. Paris, 2017b. Disponível em: <http://www.oecd.org/PISA/PISAproducts/Draft> Acesso em: 30 abr. 2023. Acesso em 30 de maio de 2023

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Trad. de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAHLBERG, Pasi. **Lições Finlandesas 2.0: o que a mudança educacional da Finlândia pode ensinar ao mundo?** Tradução de Elena Gaidano, São Paulo: SESI-SP Editora, 2018, 320 p.